



## **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. DO OBJETO**

**1.1** O presente termo tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ampliação de módulos de Arquivos Deslizantes, incluindo a desmontagem dos módulos no Ed. Sede da PGE-RJ, o transporte e a montagem dos mesmos na nova unidade PGE-RJ localizada no Antigo Convento do Carmo, conforme especificações deste Termo de Referência.

#### **2. DA JUSTIFICATIVA:**

**2.1** A contratação de empresa especializada em instalação de arquivos deslizantes mecânicos e eletromecânicos é justificada pela necessidade de prover a estrutura necessária e adequada ao remanejamento e instalação dos arquivos da Biblioteca Marcos Juruena Villela Souto e do Centro de Estudos Jurídicos da PGE, no ambiente reformado do antigo Convento do Carmo, conforme as adequações de layout.

#### **3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1** Os serviços contemplados neste Termo de Referência são classificados como comuns e se enquadram na definição do artigo 1º, parágrafo único da Lei Federal nº. 10.520/2002, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

#### **4. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1** Caberá à CONTRATADA proceder a desmontagem dos arquivos deslizantes instalados no Ed. Sede da CONTRATANTE, localizada na Rua do Carmo, nº 27, Centro, Rio de Janeiro-RJ, Cep: 20.011-900.

**4.1.1** Os arquivos a serem desmontados e ampliados estão localizados no 1º, 2º e 3º andares do Edifício-Sede da PGE-RJ.

**4.2** Após as intervenções detalhadas no item 5, a CONTRATADA deverá instalar os arquivos deslizantes no novo endereço da PGE-RJ (prédio do antigo Convento do Carmo), sito na Praça Quinze de Novembro, nº 101, Centro, Rio de Janeiro-RJ, Cep: 20010-010.

#### **5. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**

**5.1** Os serviços a serem realizados seguem detalhados abaixo:



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Item	Descrição do Serviço	Descrição detalhada dos módulos a serem modificados
1	<p>Desmontagem de módulos de arquivo deslizante com transporte destes, COMPLEMENTAÇÃO DE ALTURA (0,99 m) e remontagem em novo endereço da Contratante.</p> <p><b>Observações:</b></p> <p>(1)Incluso o fornecimento de todas as peças necessárias para que os arquivos deslizantes funcionem plenamente após a ampliação</p> <p>(2)Garantia dos serviços e peças necessárias à complementação de altura: 1 (um) ano</p>	<p><u>374 faces de 1,00 m x 0,425m</u> complementados em <b>0,99 m</b> de altura <u>(complemento de 3 prateleiras por face)</u></p>

### 5.2 Detalhamento de faces e Marca/Modelo dos Arquivos Deslizantes:

TIPO	ARQUIVO ELETROMECHANICO
MARCA	Caviglia
LINHA	Supremus
FACES	374

5.3 A descrição DETALHADA dos arquivos com marca e modelo encontra-se no Anexo I deste Termo.

## 6. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

6.1 O objeto da presente contratação deverá ser executado em **NO MÁXIMO 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS**, sendo a data inicial acordada entre as partes no Memorando do Início dos Serviços, conforme endereços constantes do item 4.

6.1.1 Os serviços de ampliação poderão ser executados nas dependências da **CONTRATADA**, no endereço detalhado no item 4.2.

6.2 Os serviços a serem executados deverão estar em consonância com a Norma Regulamentadora NR-17 do Ministério do Trabalho, comprovada através da apresentação de parecer técnico emitido por profissional ou empresa especializada.

6.3 A Contratada deverá apresentar certificação do processo de preparação e pintura das



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

superfícies metálicas por processo eletrostático conforme normas ABNT ou outra entidade acreditada pelo INMETRO, comprovando o atendimento dos critérios estabelecidos pelas normas aplicáveis.

**6.4** Todos os arquivos deverão atender, no que couber, as Normas do Ministério do Trabalho e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) mais atuais pertinentes.

**6.5** Todas as medidas de espessura de chapa de aço, largura, altura e profundidade especificadas poderão sofrer uma variação de até 5% desde que não interfira na capacidade de armazenamento sugerida. Esta variação não se aplica às resistências, forças, cargas de peso e durabilidade especificadas.

### 7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 Os recursos necessários à realização do objeto constante deste Termo de Referência correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

<b>Programa de Trabalho</b>	<b>09610.1.03.122.0434.1046 - Ampliação e Modernização da Infraestrutura</b>
<b>Natureza de Despesa</b>	<b>4.4.90.52.23 – Mobiliário em Geral (para o fornecimento de novos módulos)</b> <b>3.3.90.39.17 - Reparo Adaptação e Conservação de Bens Móveis (para a desmontagem e montagem dos módulos já existentes)</b>
<b>Fonte de Recurso</b>	<b>232/230</b>

### 8. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

**8.1** O prazo de vigência do contrato é de **4 (QUATRO) meses**, a contar da data constante na Memorando de Início do Serviço, desde que posterior à data da publicação do extrato do contrato no D.O. do Estado do Rio de Janeiro.

**8.2** Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

### 9. DO RECEBIMENTO:

**9.1** O processo de recebimento do objeto será regido de acordo com a seguinte sequência, na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93:



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**9.1.1 Provisoriamente**, no momento da conclusão dos serviços de desmontagem-transporte-montagem com ampliação dos arquivos, mediante verificação da conformidade dos serviços e materiais com as especificações contidas neste Termo de Referência, devendo ser observada a marca do produto, sua quantidade e outras possíveis observações mínimas.

**9.1.2 A Comissão de Recebimento de Material** fará o recebimento provisório por meio de assinatura e carimbo na Nota Fiscal, bem como em seu canhoto, que será entregue à **CONTRATADA**.

**9.2 Definitivamente**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento provisório.

**9.2.1** O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação detalhada da conformidade do serviço, que deve atender às especificações exigidas ou aquelas superiores oferecidas.

**9.2.2** Caso seja observada qualquer desconformidade no objeto durante o período do recebimento definitivo, a **CONTRATADA** será comunicada por escrito, devendo, em até 10 (dez) dias consecutivos, retirar o material entregue e efetuar sua troca, responsabilizando-se pelos custos de transporte, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**9.2.3** A comunicação da desconformidade do objeto interrompe a contagem do prazo de recebimento definitivo, que se reiniciará, com o cômputo de mais 15 (quinze) dias úteis, após a troca do objeto.

**9.3** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

**9.4** O recebimento definitivo da mercadoria não desobriga a **CONTRATADA** de substituí-la se for constatada, posteriormente, má qualidade, vícios ou defeito, ficando sujeita às penalidades previstas neste instrumento e na legislação aplicável.

### **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**10.1** A **CONTRATADA**, além da disponibilização de mão-de-obra, dos materiais em quantidades e qualidade necessários à plena e completa execução dos serviços, obriga-se as seguintes responsabilidades:

**10.1.1** Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

**10.1.2** Tomar todas as providências para o cumprimento das Leis, Regulamentos, Normas



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Técnicas, bem como das Normas sobre Segurança, relativas à execução do objeto do Contrato;

**10.1.3** Consultar o fiscal do Contrato sempre que houver necessidade de esclarecimentos, submetendo, em tempo hábil, quaisquer problemas que possam implicar em alterações quanto à execução do trabalho;

**10.1.4** Designar, por meio de declaração impressa ou eletrônica no ato do recebimento da autorização de execução dos serviços ou início da vigência contratual, preposto(s) para representar sempre que for necessário, e habilitado a responder pela CONTRATADA a qualquer indagação sobre os serviços executados, com indicação de nome, qualificação, endereço jurídico e eletrônico, e número de telefone;

**10.1.5** Corrigir todos os erros e falhas verificados nos serviços executados, nos prazos estabelecidos pelo Termo de Referência e pelo Fiscal do Contrato, sem ônus para a PGE e sem prejuízo das sanções cabíveis;

**10.1.6** Acatar as exigências da Fiscalização da PGE-RJ quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e quantidade dos materiais e, ainda, a imediata correção de deficiências alinhadas quanto à execução dos serviços contratados;

**10.1.7** Exigir que seus empregados portem em lugar visível o crachá de identificação da CONTRATADA;

**10.1.8** Instruir os empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da PGE-RJ e manter disciplina nos locais de serviço;

**10.1.9** Comunicar, por meio de exposição escrita ou eletrônica, imediatamente, qualquer dano ou anormalidade que causar ou constatar no patrimônio da PGE-RJ, pela execução dos seus serviços;

**10.1.10** Responder por qualquer dano causado por seus empregados ao patrimônio da PGE-RJ, ou de terceiros, ainda que decorrente de omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias ao refazimento/ressarcimento;

**10.1.11** Atender todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, inclusive o transporte, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os empregados durante a execução dos serviços, ainda que acontecido em dependência da PGE-RJ;

**10.1.12** Remover do local dos serviços todo o entulho, sobras de materiais não



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

utilizados e fazer a limpeza completa após a finalização da execução de cada serviço, despejando-os em local permitido pelas autoridades competentes;

**10.1.13** Responsabilizar-se pela destinação/descarte de peças/componentes/equipamentos que forem substituídos, incluindo o transporte, após devidamente autorizado pela Fiscalização da PGE-RJ e, desde que não possam ser reutilizados;

**10.1.14** Promover a devida proteção elétrica dos seus equipamentos de modo a evitar danos na rede elétrica;

**10.2** É de responsabilidade do Contratada realizar inspeção prévia dos locais de instalação, a fim de conferir in loco as medidas e condições de montagem, inclusive quanto a infraestrutura de rede elétrica.

**10.3** A Contratada deverá prover todos os materiais, equipamentos e serviços necessários a entrega dos arquivos, montados e em plenas condições de funcionamento.

**10.4** Durante o período de garantia, a Contratada deverá se comprometer a atender chamados de assistência técnica in loco em até 1 (um) dia útil

**10.5** Os materiais a serem empregados deverão ser novos e de primeira qualidade, de acordo com as especificações constantes no presente Termo.

**10.6** Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, a execução da prestação do serviço, nem subcontratar a prestação a que está obrigada a CONTRATADA, sem a prévia autorização da CONTRATANTE.

**10.7** Substituir os materiais que estejam em desconformidade com as especificações propostas.

**10.8** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo, não implicando em corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes ou prepostos.

**10.9** Emitir nota fiscal/fatura obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ com que foi cadastrado no sistema eletrônico, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ. Serão admitidas nota fiscal/fatura no CNPJ da matriz ou filial quando estiver expressamente indicado na proposta.

**10.10** Responder as solicitações de esclarecimentos da Comissão de Recebimento que porventura surjam no decorrer da execução contratual.

**10.11** Os empregados da CONTRATADA que executarão os serviços solicitados no presente Termo deverão se apresentar uniformizados em um único padrão, e deverão ser



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

identificados por meio de crachá, contendo o nome, a profissão e o nome da empresa CONTRATADA.

### 11. DA GARANTIA

**11.1** O serviço a ser contratado deverá possuir o prazo de garantia de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo pela Procuradoria Geral do Estado.

**11.2** Durante o período de garantia, na hipótese de os materiais apresentarem defeitos, não atribuídos à guarda inadequada dos produtos adquiridos, caberá ao fornecedor a sua substituição/reposição sem ônus para PGE.

**11.3** O item substituto deverá ser equivalente ou superior ao defeituoso, e deverá atender plenamente aos requisitos mínimos constantes deste Termo de Referência.

**11.4** O prazo para atendimento da garantia será de 1 (um) dia útil, contado do comunicado oficial por e-mail de defeito e/ou vício do objeto.

**11.5** A garantia será sempre exigida da CONTRATADA, portanto, em nenhuma hipótese será admitida qualquer transferência de responsabilidade para terceiros.

**11.6** Durante o período de assistência técnica da garantia, a CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus adicionais, meios para esclarecimento de dúvidas relativas ao uso, instalação ou configuração dos equipamentos, assim como orientação e acompanhamento da solução de problemas, devendo o aludido suporte técnico ser prestado na modalidade ON SITE, isto é, no local de instalação dos equipamentos.

### 12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**12.1** Para fins de comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão pertinente e compatível em características, quantidades e prazos em manutenção de arquivos deslizantes, na forma do artigo 30, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93 que indiquem nome, função, endereço, telefone, e-mail ou telefax de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio para eventual contato pela PGE.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**a.1)** Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, sendo aceito o seu somatório, desde que reste demonstrada a execução concomitante do objeto.

**a.2)** A aptidão técnico-operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação poderá ser demonstrada pela execução pretérita de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo total de faces em serviços de desmontagem-transporte-montagem de arquivos deslizantes

**b)** Registro ou inscrição no CREA ou CAU.

**c)** Declaração do licitante indicando o nome, o CPF e nº do registro no CREA/CAU do responsável técnico que acompanhará a execução do objeto desta licitação, com a comprovação da experiência anterior e o respectivo vínculo, conforme abaixo:

**c.1)** O licitante deverá demonstrar que possui no seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior detentor de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica que comprove(m) a execução das seguintes atividades em características técnicas similares às do objeto da presente licitação, consideradas as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo para a contratação, nos seguintes termos: Engenheiro Eletricista ou Mecânico ou Mecatrônico Manutenção de Arquivos Deslizantes Eletromecânicos.

**c.1.1)** A comprovação de que o detentor do(s) referido(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica é vinculado ao licitante deverá ser feita por cópia de ficha de registro de empregado, de contrato particular de prestação de serviços, de contrato de trabalho por prazo determinado ou por meio de outros instrumentos que comprovem vínculo jurídico entre o licitante e o profissional qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado.

**c.1.2)** Em se tratando de sócio da empresa, o contrato social/estatuto do licitante servirá de documento hábil à comprovação do vínculo.

**d)** É facultado ao licitante comparecer fisicamente ao local da execução do objeto contratual com a finalidade de vistoriá-lo em conjunto com os eventuais equipamentos existentes, tomando ciência de suas características, material utilizado, estado de conservação e eventual necessidade de substituição de peças para a perfeita execução dos serviços objeto desta licitação.

**d.1)** O agendamento para a realização da visita física para a realização de vistoria técnica poderá ser feito junto à Assessoria de Serviços da PGE-RJ, no telefone (21) 2332-7272 ou no e-mail





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

[administracao@pge.rj.gov.br](mailto:administracao@pge.rj.gov.br). A visita se dará em dias úteis, nos horários de 10h às 12 h e de 14h às 16h.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

**13.1** Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste instrumento, considerando como termo inicial para a contagem do prazo de pagamento o recebimento definitivo do objeto.

**13.2** Exercer a fiscalização do contrato.

**13.3** Receber provisoriamente e definitivamente o objeto, nas formas definidas.

### 14. DA GARANTIA CONTRATUAL:

**14.1** Exigir-se-á, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de início da vigência contratual, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei nº. 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com validade durante toda a vigência do Contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**14.2** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**14.3** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa.

**14.4** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

### 15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**15.1** Os pagamentos serão efetuados **em parcela única**, após conclusão do serviço, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado (atualmente Banco Bradesco S/A), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato ou de outro instrumento equivalente;

**15.2** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento definitivo desta contratação;



## **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**15.3** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

**15.4** A fiscalização do contrato terá o prazo de até 15 (quinze) dias para atestar a nota fiscal e encaminhá-la para pagamento.

**15.5** Em caso de erro, a fatura será devolvida à CONTRATADA, e o prazo referido no subitem anterior retornará à contagem inicial.

**15.6** Os pagamentos devidos à CONTRATADA não excederão os valores apresentados em sua proposta comercial.

### **16. DA FISCALIZAÇÃO:**

**16.1** Por Fiscalização entende-se a atividade exercida de modo sistemático pela PGE-RJ e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

**16.2** Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela PGE-RJ.

**16.3** A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

**16.4** A Fiscalização do Contrato tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- a)** Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como as interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas, profissionais e/ou pessoas.
- b)** Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com as normas técnicas ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato.
- c)** Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada.
- d)** Avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do Contrato.



## **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

e) Relatar à Contratada, para análise de possível substituição, os casos em que qualquer de seus empregados embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços seja considerada prejudicial ou inadequada ao andamento dos trabalhos.

f) Examinar a documentação dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional.

### **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**17.1** A CONTRATADA inadimplente estará sujeita às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

**17.2** A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, a multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, sem prejuízo da aplicação das demais infrações previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto nº 3.149/80.

**17.3** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

### **18. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

**18.1** Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em regime de CONSÓRCIO, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade.

### **19. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**19.1** É vedada a subcontratação total ou parcial de terceiros para a execução do objeto do contrato.



## **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

### **20. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**20.1** O critério de julgamento adotado será do tipo “MENOR PREÇO POR GLOBAL”.

### **21. DA LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS**

**21.1** A CONTRATADA será diretamente responsável pela estrita observância dos códigos, leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, e de normas de Agências Reguladoras e instruções e resoluções do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RJ) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), como também de acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho concernentes e que tratem de matéria trabalhista, não se vinculando às disposições tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**21.2** Durante a execução dos serviços e a vigência contratual, a CONTRATADA deverá:

- a) providenciar junto ao CREA-RJ a Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T. ou ao CAU o Registro de Responsabilidade Técnica, anualmente, referente ao objeto do contrato e especialidade pertinente;
- b) responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;
- c) efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais e sociais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato.

### **22. JUSTIFICATIVA PELA NÃO ADOÇÃO DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO**

**22.1** O objeto deste Termo de Referência é a desmontagem, transporte, montagem, ampliação e transformação de arquivos deslizantes visando atender as necessidades de remanejamento e transporte do acervo da Biblioteca Marcos Jurueña Villela Souto e do Centro de Estudos Jurídicos da PGE para o prédio do Antigo Convento do Carmo.

O serviço será realizado uma única vez, sem divisão em parcelas. Desta forma não será possível



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

fazer um acompanhamento mensal do serviço prestado pela CONTRATADA. A qualidade do serviço contratado será verificada pelos fiscais dentro dos prazos de recebimento e de garantia informados neste Termo.

### 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**23.1** Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das diretrizes dos serviços do presente objeto não poderão constituir pretexto para a cobrança por "serviços novos, extras ou adicionais". Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global de sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nesta especificação, mas implícitos e necessários à perfeita e completa execução dos serviços.

**23.2** Eventuais interessados em participar da licitação deverão tomar conhecimento de todas as informações e condições da contratação para o cumprimento das obrigações estabelecidas.

**23.3** Todos os avisos, notificações, solicitações e comunicados só serão considerados se devidamente protocolados ou enviados por carta ou meio digital, salvo a abertura de chamados de para atendimento.

**23.4** Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados, deverão obedecer rigorosamente às normas da ABNT (na sua falta, às normas internacionais consagradas) e às prescrições e recomendações do fabricante.

**23.5** Os materiais empregados deverão seguir o mesmo padrão já existente na PGE-RJ.

#### **Anexos constantes deste Termo:**

**I** – Especificação Técnica dos Arquivos Deslizantes.

**II** – Plantas dos locais onde serão instalados os arquivos deslizantes ampliados

#### **Elaboração:**

Cristina Braga Moreira – **ID 5013043-9**

Viviane Rosa Ferreira – **ID 5025557-6**



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS ARQUIVOS DESLIZANTES

#### 1.1 Arquivo Deslizante Eletromecânico

**Sistema Construtivo:** O sistema de arquivamento e armazenamento deslizante eletrônico deverá ser composto por faces com 1,00x0,425m de largura interna útil e ALTURA TOTAL DE 2,95m. Deverá ser composto por módulos constituídos por quadros confeccionados em chapa de aço dobrado com furações a cada 25 mm, permitindo ajustes de altura dos componentes internos, por sistema de encaixe e dispensando o uso de ferramentas. Deverá possuir painel frontal superior, intermediário e inferior confeccionado em chapa de aço dobrada com espessura variando entre 0,75 e 0,90 mm. O sistema construtivo dos módulos de arquivo deverá permitir total flexibilidade de modificações, permitindo alterações relativas a comprimento. Seu deslocamento deverá ser realizado sobre trilhos dotados de garras de segurança, permitindo um deslocamento fácil e seguro. Toda a estrutura do arquivo e seus componentes deverão ser protegidos por tratamento antiferruginoso através de processos de fosfatização por imersão e pintura eletrostática, devidamente certificado por laboratórios acreditados pelo INMETRO e atendendo a normas da ABNT.

#### Estrutura Modular

**Módulos** – Os módulos deverão ser confeccionados em chapa de aço dobrado. Os módulos fixos deverão permitir transformação em mecânicos e atualização para eletrônicos, além de possibilitar modificações relativas ao comprimento, sem que ocorram perdas de componentes.

**Colunas** – As colunas deverão ser confeccionadas em chapa de aço, com aproximadamente 30 mm de largura e espessura variando entre 1,2 e 1,5mm, devendo possuir sistema de vedação lateral, traseira e entre as faces que impeçam a queda dos materiais arquivados. As colunas deverão possuir furações que permitam o encaixe de componentes internos de diversos tipos, possibilitando regulagem a cada 25 mm e sem o uso de ferramentas, sem a necessidade de mão de obra especializada.

#### Sistema de Movimentação

**Eixos de Transmissão** – Deverão ser produzidos em aço e com diâmetro de 20 mm, fixados aos mancais da roda e engatados pela sobreposição das pontas em formato meia cana ou sistema similar, estabilizados com luvas de aço usinado, fixadas através de parafuso, a fim de evitar ruptura por torções. Os arquivos são dotados de um sistema inteligente de deslocamento,



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

movido por força eletromotriz ou por um conjunto mecânico de forças, que possibilitam o fácil deslocamento das faces dos arquivos, ainda que cheias.

**Rodas** – Deverão ser em aço ou ferro fundido com medidas aproximadas de 100(diâmetro) X 25(largura)mm, providas de canal para perfeito encaixe junto aos trilhos. Deverão ser fixadas ao eixo por meio de buchas e chavetas, sustentadas por mancais.

**Rolamentos** – Deverão ser rígidos, de esferas, blindados, de modo a não requerer lubrificação. Bases deslizantes – Deverão ser produzidas em chapa de aço dobrada a frio e com travessas de sustentação das rodas com 2 mm de espessura mínima, soldadas aos perfis laterais em aço. Estruturado em perfis frontais em aço com espessura mínima de 1,5 mm e perfis laterais. Este deverá ser responsável pela sustentação da estrutura do arquivo e movimentação dos corpos compostos por: rodas de aço, travessas em chapa de aço, eixos de aço, mancais em ferro fundido e rolamentos. A base/face deslizante dos módulos deverá apresentar uma resistência e durabilidade para percorrer o mínimo de 60.000 ciclos de ida e volta (percurso equivalente a um vão de consulta – 800mm) estando carregada com carga mínima de 850Kg, não devendo apresentar qualquer sinal de deformação ou avaria, comprovado através de laudo técnico emitido por laboratório referendado pelo INMETRO. (Para fim da comprovação da durabilidade das bases deslizantes, serão aceitos laudos que demonstrem o ensaio de módulos mecânicos ou eletrônicos).

**Redução e Transmissão** – Os módulos deslizantes deverão dispor de sistema de movimentação mecânico, dotado de conjunto de redução e transmissão acionado por volante acoplável que permita sua movimentação, devendo dispor de sistema de “dupla redução”, constituído de engrenagens e correntes de aço devidamente dimensionados para exigir o menor esforço para os usuários. Toda a manutenção deste sistema de tração deverá ser realizada pelo painel frontal sem a necessidade de esvaziar por completo os arquivos. O sistema de dupla redução deverá possibilitar transformações futuras para “múltipla redução”, com o objetivo de manter as características ergonômicas (caso os arquivos venham a sofrer ampliações de seu comprimento) para a fácil movimentação dos arquivos pelos usuários, observada a seguinte proporção - 0,60 N.m de força para movimentar o arquivo carregado com 850Kg de carga por face, características e recursos estes comprovados através de laudos técnicos emitidos por laboratórios referendados pelo INMETRO. (Para fim da comprovação das características exigidas, serão aceitos laudos que demonstrem o ensaio de módulos mecânicos ou eletrônicos).



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**Trilhos** – Deverão ser confeccionados em chapa de aço com pelo menos 2 mm de espessura e largura aproximada de 125 mm, constituído de perfil de curso confeccionado em aço trefilado com formato meia-cana com diâmetro de 25 mm. Os trilhos deverão ser instalados diretamente sobre o piso que permita o perfeito apoio e deslocamento das rodas dos corpos para movimentação do arquivo, dotados de dupla garra de segurança em toda sua extensão, evitando acidentes com tombamento e descarrilamento dos corpos. Os trilhos deverão receber tratamento superficial através de banhos químicos a base de zinco (zincagem), com resistência à corrosão conforme estabelecido nas normas NBR 8094 e 8095, por um período de exposição igual ou superior a 550 horas, comprovado através de laudo técnico emitido por laboratório referendado pelo INMETRO.

### **Componentes Elétricos, Eletromecânicos e Eletrônicos**

**Motorreductor de Velocidade Coaxial em carcaça de alumínio injetado ou aço usinado** – O motorreductor deverá ser trifásico em 220 Vca e controlado por um inversor de frequência, garantindo maior performance com partidas suaves, velocidade préajustada constante e parada com a velocidade reduzida, obtendo a tração eficiente, alta durabilidade e baixo índice de ruído. As engrenagens helicoidais do reductor deverão ser confeccionadas em aço temperado e cimentado, com dentes dispostos transversalmente em forma de hélice em relação ao eixo. Sua transmissão deverá ser silenciosa. O sistema motriz deverá ser robusto e extremamente simples, atendendo a norma ISO 9001/2000. Deverá ter como segurança adicional um sistema de aterramento integrado ao módulo motriz e proteção contra superaquecimento e fugas de energia.

**Contator, Rele de Sobrecarga, Disjuntores e Protetores Térmicos** – O rele de sobrecarga deverá ter sensibilidade à falta de fase conforme a norma IEC60947-4-1, o mini contator CWC permite funcionamento em regime AC-4, devendo ter baixo consumo de corrente e os disjuntores a função básica de proteção do arquivo e seu acervo, devendo ser constituído por um par de disjuntores sensíveis ao desbalanceamento de corrente, devendo garantir a interrupção automática da alimentação em caso de pane elétrica. Esses componentes deverão ser montados no arquivo fixo juntamente com a fonte chaveada automática. O motor deverá ser protegido termicamente por um disco de bimetálico que interrompa o funcionamento do mesmo quando a corrente exceder os parâmetros de segurança em uma sobrecarga, devendo automaticamente voltar a funcionar assim que for retirada a sobre carga. O sistema de proteção





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

deverá ter sido projetado para a máxima segurança do operador. Para os casos de mau funcionamento deverá existir uma chave no painel que permita o desligamento total do sistema. (Power - Auto / Off).

**Embreagem Dentada Eletromecânica** – A embreagem deverá ser dentada e eletromecânica, absorvendo as vibrações e desalinhamentos entre centros de eixos do sistema de transmissão. Deverá ter dimensões reduzidas e peso leve, de baixo consumo de energia (aproximadamente 0,08 Watts), e o mais alto índice de torque, sem patinação. Seu funcionamento deverá ser automático, e no caso de falta de energia elétrica, a embreagem deverá abrir automaticamente, possibilitando a operação manual. Com o retorno da energia a embreagem deverá ser acionada automaticamente, de modo silencioso e imune a interferências externas, não necessitando da intervenção do usuário para seu funcionamento. Deverá ser operada em baixa tensão (entre 12 e 24V) para evitar possíveis acidentes com dissipação de energia no sistema, eliminando o risco de choque elétrico.

**Fonte de Alimentação Chaveada** – O sistema deverá estar provido de fonte chaveada, proporcionando uma melhor adaptabilidade para os casos de flutuações de tensão de rede. Deverá ser projetada para funcionar continuamente entre 88 e 264Vac, fornecendo uma tensão constante de saída de 24 Vdc em 4 Ampéres. Deverão ser utilizados capacitores eletrolíticos de longa vida que suportam 1050C de temperatura, com uma isolamento galvânica de 3 kVac entre a rede elétrica e a saída de tensão DC. Deverá suportar uma sobre carga de 105% e a fonte chaveada estar provida de proteções galvânicas, térmicas e limitações em corrente, devendo ser desarmada sempre que um dos parâmetros venha a ser corrompido, evitando assim danos aos Sensores e Placas eletrônicas, minimizando os impactos ambientais pela não utilização de metais pesados em sua fabricação.

**Inversor de Frequência** - O sistema deverá ser dotado de avançada tecnologia para variação de velocidade em motores trifásicos, com sistema de controle V/F, Modulação PWM senoidal – Space Vector Modulation, Filtros (escalar), Filtros EMC incorporados, Regulador PID, Comunicação Modbus RTU, CANopen, Device Net e Profibus DP, Controle com DSP e IHM remota. Deverá ter maior performance e partidas suaves, velocidades pré-ajustáveis e parada com a velocidade reduzida, dispondo de uma tração eficiente, alta durabilidade e baixo índice de ruído.

**Painel de controle LCD** – O sistema deverá dispor de painel LCD controlado por dois microprocessadores dedicados e quando aceso, deverá indicar que o sistema está sendo



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

alimentado por uma fonte AC (operação normal), e “piscando” quando houver uma falha de alimentação AC, indicando que o sistema encontra-se na condição STANDBY, sendo alimentado por uma bateria selada, estando com a embreagem aberta para movimentação manual. Deverá possuir também características de um programador sendo utilizado para compor os parâmetros de funcionamento dos módulos.

**Comando e Sinalização** – O sistema deverá dispor de painel individual com dois botões, um deles com a função “MOVER”, com iluminação na cor verde quando acionado, e o outro com a função “PARAR”, com iluminação na cor vermelha quando acionado. Os botões deverão ser a prova de impacto e ter uma vida útil superior a 1.000.000 de acionamentos, de acordo com IEC/EN 60947-5-1 (IP66), fornecendo uma visualização luminosa ideal para o correto manuseio do equipamento.

**Cabos de Força e de Controle** – Todos os cabos de força e controle deverão ser blindados, evitando que interferências eletromagnéticas internas/externas atrapalhem o bom funcionamento dos circuitos micro-processados. Esses cabos deverão possuir resistência a óleos, raios UV e não conter CFC, deverão ser fogo-retardantes, não conter silicone e sua isolação deverá ser do tipo KS-PVC na cor preta, totalmente blindados contra CEM. A resistência de isolamento deverá ser maior que 10 Mohms x Km, e sua tensão máxima de trabalho deverá ser de 500Vac. Os cabos deverão ser previamente montados e posicionados pelo interior do painel frontal, base e estrutura dos módulos. Todos os cabos deverão possuir conectores que facilitem a sua manutenção e dispensando a remoção dos materiais arquivados.

**Trilhos de Alimentação e Controle** – O sistema deverá dispor de trilhos condutores isolados que forneçam a energia elétrica para o perfeito funcionamento de todos os módulos que compõem o sistema de arquivos, não necessitando de braços móveis e/ou articulados para a passagem de cabos elétricos. O conjunto de trilhos condutores deverá dispor de 2 (dois) trilhos condutores de energia elétrica que deverão alimentar a os motores, com capacidade de 32 Amperes, e 4 (quatro) trilhos condutores responsáveis pela comunicação entre módulos. Os trilhos condutores deverão dispor de sistema de contacto deslizante autolubrificado, que não permita falhas de contacto. Deverá ser instalado na posição posterior dos módulos de arquivo, a uma altura aproximada de 2,20 metros, não devendo permitir a introdução de dedos ou outros objetos, pois o sistema deverá possuir uma barreira natural de borracha em toda sua extensão (protectionclass IP 23 to IEC 526), devendo estar em conformidade com a mais recente regulamentação nacional e Normas 9001 - “A proteção por isolação das partes vivas, proteção



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

por meio de barreiras ou invólucros e proteção parcial por colocação fora de alcance. A isolação é destinada a impedir qualquer contato com partes vivas da instalação elétrica. Essa isolação, quando aplicada, deve recobrir completamente as partes vivas e só pode ser removida mediante destruição. Quanto ao uso de barreiras ou invólucros, a norma determina, nesse caso, que eles devem prover grau de proteção no mínimo IP3X. Já a colocação fora de alcance, como define a norma, é destinada somente a impedir os contatos fortuitos com partes vivas. Assim, a grande novidade em matéria de proteção contra-choques elétricos fica por conta da proteção contra contatos indiretos. É exigida a paralisação automática da alimentação.”

**Sistema dos Painéis de Controle** - O sistema eletro-eletrônico de acionamento e gerenciamento deverá ser feito através de microprocessadores instalados em todos os módulos, com a função de movimentar todo o sistema, proporcionando a abertura ou fechamento do corredor desejado, de forma automática, com acionamento de apenas um botão. Os botões deverão ser a prova de impacto e tem uma vida útil superior a 1.000.000 de acionamentos.

**Sensor de Aproximação** - O conjunto de arquivos deverá dispor de sensores de aproximação que deverá ser acionado através de sistema de difusão, fazendo com que ocorra a redução de velocidade dos motores dos módulos de arquivo quando estiverem perto do fechamento, evitando assim, colisões e desgaste mecânico.

**Placas de Circuito Impresso** – O sistema deverá dispor de placas de circuito impresso com proteções individuais, permitindo uma rápida inspeção visual. Deverão ser responsáveis pela lógica de funcionamento e gerenciamento de todo o conjunto de arquivos, devendo ser compostas de microprocessadores (um para cada módulo de arquivo), garantindo a agilidade e segurança de todo o sistema. As placas deverão ser confeccionadas em fibra de vidro com conectores, facilitando manutenções e minimizando impactos ambientais pela não utilização de metais pesados em sua fabricação.

**Sistema de Acionamento Automático / Manual** – O conjunto de arquivos deverá permitir a movimentação manual dos módulos deslizantes, em caso de falta de energia elétrica, através de encaixe simples de volante ou manípulo, em posição ergonômica. O desacoplamento e acoplamento dos motores do sistema deverão ocorrer automaticamente quando da falta de energia elétrica.

**Circuito de proteção Elétrica** – O conjunto de arquivos deverá dispor de circuito de proteção elétrica que desligue automaticamente o sistema, para o caso de obstrução dos trilhos, impedindo imediatamente a movimentação dos módulos de arquivo, evitando danos às placas



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

eletrônicas e/ou motores, evitando a necessidade de chamadas técnicas para substituição de fusíveis.

### **Componentes Internos**

**Suporte universal** – O sistema de arquivamento deverá dispor de suporte de formatos diversos ou pinos de aço, que permita o encaixe de prateleiras, sendo o mesmo confeccionado em chapa de aço com espessura mínima de 1,20mm, com características físicas que permitam a sustentação de cargas superiores a 60Kg por suporte.

**Base dos módulos (fundo)** – Deverá ser confeccionada em chapa de aço dobrada, com altura externa máxima de 20 mm e espessura variando entre 0,75 e 0,9 mm, projetada estruturalmente como base (fundo) dos carros devendo apresentar resistência para o acondicionamento a cargas iguais ou superior a 120 kg, comprovado através de laudo técnico emitido por laboratório referendado pelo INMETRO.

**Prateleira Regulável** – Deverá ser confeccionada em chapa de aço dobrada, com altura externa máxima de 20 mm e espessura variando entre 0,75 e 0,9 mm, com reforço longitudinal estampado, apresentando larguras e profundidades variadas e projetada estruturalmente para suportar cargas iguais ou superiores a 120 Kg, com resultados de deflexão instantânea inferiores a 4mm e residual de 0,30 mm após um período mínimo de 10 minutos de sobrecarga, comprovado através de laudo técnico emitido por laboratório referendado pelo INMETRO.

**Deverão ser fornecidas no mínimo 6 prateleiras por módulo.**

### **Componentes Externos**

**Porta Etiquetas** – Sistema de Identificação de Conteúdos confeccionado em PVC ou acrílico com visor translúcido, fixado nos painéis frontais para identificação do conteúdo dos mesmos.

**Acabamento** - a estrutura do arquivo e seus componentes confeccionados em chapa de aço deverão ser protegidos por tratamento antiferruginoso através de processo contínuo passando por um tratamento decapante e fosfatizante por imersão através de 08 banhos e após sua secagem deve seguir para uma cabine de pintura a base de resina epóxi-pó, por processo eletrostático na cor a ser definida.

### **Dispositivos de Segurança para o Acervo e Usuários**

**Barras de Segurança** – O sistema deverá dispor de barras de segurança que garantam a integridade física dos usuários. Deverá ser confeccionada em perfil de alumínio ou sistema de sensores infravermelhos, e posicionada nas travessas laterais dos carros ou bases deslizantes



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

(de um lado para os módulos terminais e dos dois lados para os módulos intermediários. Deverão ter seu acionamento imediato quando tocadas, ativando os amortecedores de movimento ligados aos micro-switchs, que deverão inibir a movimentação de todos os módulos do sistema, bem como alertar o operador sobre a presença de objetos indesejáveis no corredor de pesquisa. As barras de segurança deverão ser modulares em segmentos de 2 metros de comprimento, que garantam a máxima proteção ao usuário, que após tocá-la, deverá imediatamente iniciar a movimentação do módulo para a posição anterior (corredor aberto), demonstrado visualmente no botão ‘PARAR’ através de piscadas contínuas. Sua liberação deverá ocorrer apenas quando o usuário não estiver mais no corredor, através do acionamento manual do Botão ‘PARAR’, que deverá apagar o mesmo, normalizando o funcionamento do sistema.

**Bloqueio de Movimentação** - O movimento dos módulos deverá bloqueado por quatro sistemas de segurança independentes: “Barras de Segurança”, Botão “Parar” nos painéis de controle, pelo Sensor de Passagem e pelo Sensor de Presença infravermelho instalados nos corredores.

**Sensor de Passagem** – O sensor de passagem deverá ser constituído de sistema de retro-reflexão, que deverá ser acionado quando o usuário entrar no corredor que estiver aberto. Quando o usuário adentrar ao corredor deverá ocorrer o bloqueio automático do movimento de todos os módulos do sistema de arquivo, simultaneamente ao acendimento de leds vermelhos para sinalizar o evento. Para os casos de usuários que adentrem ao corredor enquanto os módulos de arquivos estiverem em processo de fechamento, deverá ocorrer automaticamente a parada do movimento, seguida da abertura do corredor, devendo o mesmo permanecer travado até que o usuário toque no botão vermelho, liberando assim os módulos de arquivo. Este sistema de segurança para os usuários deverá ter grau de proteção segundo a Norma DIN 40050.

**Garras de segurança** – Localizadas na parte inferior dos carros / base deslizante dos corpos mecânicos. Devem ser engatadas às garras dos trilhos do sistema, evitando acidentes com tombamento e descarrilamento dos corpos, comprovado a eficiência do “Sistema Antitombamento” através de laudos técnicos emitidos por laboratórios referendados pelo INMETRO.

**Kit de Vedação** – Os módulos de arquivo deverão possuir sistema de proteção anti-impacto, oferecendo maior segurança para as mãos dos usuários e evitando o choque físico entre os módulos. O kit de vedação deverá ser composto por 01 (um) par de perfis de borracha medindo



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

aproximadamente 2050mm de comprimento, instalados através de perfil metálico tipo “canaleta” parafusado na estrutura e localizados na frente e no fundo dos vãos de consulta dos módulos de arquivo.

**Flexibilidade Estrutural** - o conjunto de arquivos deslizantes deverá permitir total flexibilização estrutural, objetivando o atendimento de adequações futuras de layout.



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**ANEXO II – PLANTAS COM A LOCALIZAÇÃO DOS ARMÁRIOS NO ANTIGO  
CONVENTO DO CARMO**